

# **Sustentabilidade de Espaços territoriais protegidos legalmente e seus Recursos naturais.**

## **Estudo de Caso: Parque Municipal da Lagoa do Peri, Ilha de Santa Catarina, Brasil**

**Beatriz Maria Cambraia Rocca**  
**UFSC – Programa de Pós Graduação Engenharia Civil**  
**beatriz.rocca.br@gmail.com**

**Resumo:** Os objetivos deste artigo são descrever os espaços territoriais protegidos legalmente e seus recursos naturais e especificamente analisar o exemplo do Parque Municipal da Lagoa do Peri, na Ilha de Santa Catarina – SC – Brasil. Para tanto, metodologicamente utilizou-se o estudo de caso, a pesquisa em bibliografia, fontes da rede Internet e mapas locais. Os resultados obtidos mostram a situação em que se encontra o Parque no que se refere à preservação, à conservação do local, à exploração do ecoturismo, e às medidas compensatórias, efetuadas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), no uso das águas da Lagoa do Peri.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), parque municipal, Gestão Pública.

**Abstract:** This article describes the legally protected areas and their natural resources. It analyses the example of Peri Lagoon (Lagoa do Peri), in the Island of Santa Catarina, southern Brazil. The methodology used was the case study, bibliographical and Internet research, and local maps. The results show the park's present situation concerning preservation, conservation, eco-tourism and the compensatory measures undertaken by the local water company that uses the lagoon waters.

**Keywords:** Conservation Units, National System Conservation for the Unity Nature (SNUC), municipal park, Public Management.

### **1 Introdução**

O reconhecimento da importância dos recursos naturais existentes na Ilha de SC e da exploração destes, são relativos à fatores de evolução e desenvolvimento, o qual se inserem historicamente no contexto por volta do século XVIII e XIX (CECCA, 1998).

Muitos exploradores brasileiros e europeus desde aquela época se referiam à Ilha como um lugar rico por sua beleza cênica e invejável natureza, mas já denunciavam a exploração de madeira. Como exemplo, August de Saint-Hilaire quando em viagem a Ilha relatou em seu livro publicado em Paris no ano de 1851, que a Ilha já apresentava indícios de que as encostas dos morros estavam sendo explorados, tendo a face leste da Ilha ainda preservadas as florestas e no restante do espaço insular as mesmas só eram avistadas nos morros (VÁRZEA, 1984).

São ainda hoje encontradas na Ilha de SC espaços preservados e conservados de Mata Atlântica<sup>1</sup> como na área da Lagoa do Peri declarada como remanescente de floresta nativa em 25 de janeiro de 1952 pela Presidência da República.

---

1 Reservas da Biosfera – Programa MAB. Biomas brasileiros: Mata Atlântica; Cerrado; Caatinga, Campos Sulinos.

Hoje existem na Ilha de SC UCs e áreas protegidas que abrigam exemplares de ecossistemas costeiros importantes. São lagoas, lagunas, costões rochosos, fauna, flora, mangues, dunas, restingas, praias e Mata Atlântica, que precisam urgentemente ser considerados para a sobrevivência das espécies incluindo-se o homem, para a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental (MMA, 2001a).

As áreas apresentam uma crescente pressão antrópica que deve ser encarada como um fato preocupante, pois estão sendo perdidos gradualmente espaços com uma rica biodiversidade (FLORAM, 2000a).

Dentro desse contexto, procurou-se através deste artigo, descrever e analisar as ações que são necessárias para utilizar a UC em foco e ao mesmo tempo através do plano de manejo, preservar e explorar de forma a manter a sustentabilidade do local. Para tanto este artigo apresenta em seu conteúdo a revisão da teoria, a legislação pertinente, e o caso específico da Gestão Pública no Parque Municipal da Lagoa do Peri, localizado na Ilha de Santa Catarina (SC).

## **2 Fundamentação Teórica**

### **2.1 Desenvolvimento Sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável decorreu de debates sobre os riscos de degradação do meio ambiente, que começaram a ser considerados por volta das décadas de 60 e 70 à nível mundial.

Segundo Cavalcanti (1995) desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.

Com a Conferência de Estocolmo, na Suécia, sobre o ambiente humano, originou-se o Relatório Brundtland. Este relatório determinado pelo discurso sobre questões ambientais e desequilíbrio sócio-econômico formulou o conceito de desenvolvimento sustentável. O relatório Brundtland parte de uma complexa visão das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos, delineando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política aliada à ética inerente às gerações e todas as espécies de seres vivos.

Aborda problemas de pobreza e exclusão social e de modelo do desenvolvimento baseado em crescimento econômico, sendo os problemas ambientais consequência dos dois primeiros. Das propostas elencadas para o alcance do desenvolvimento sustentável listam-se medidas de ação. Estas envolveram, os assuntos concernentes à nível global, declinando limitações quanto: ao crescimento da população; aos suprimentos alimentícios de longo prazo; à preservação da biodiversidade e ecossistemas; ao uso de tecnologias limpas e/ou renováveis e recicláveis bem como uso racional da energia; à maior produção em países não-industrializados com tecnologias limpas adaptáveis; à expansão urbana e migração ambiente rural/urbano controláveis; ao atendimento das necessidades básicas.

Dentre as proposições das metas à serem realizadas ficou estabelecido que as organizações tomassem as seguintes iniciativas: adotassem medidas de desenvolvimento sustentável; protegessem os ecossistemas à nível internacional; banissem as guerras e que a ONU implantasse um programa de desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 1995).

Para Philippi (MMA, 2000a) o conceito de desenvolvimento sustentável na literatura oficial apresenta um conjunto de conceitos ou de significados que, muitas vezes são contraditórios entre si. Aí encontramos referência a desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, sustentabilidade e ainda capacidade suporte, entre outros.

As desigualdades existentes no Planeta podem ser consideradas como o maior problema ambiental e também o maior problema de desenvolvimento. Segundo Philippi (MMA, 2000a) o conceito ainda apresenta, uma lógica intra e inter geracional que pode ser analisada do ponto de vista de dois aspectos chave nele embutidos: o conceito de necessidades; as necessidades essenciais dos pobres do mundo devem receber a máxima prioridade; a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

## 2.2 Ilha de Santa Catarina

A Ilha de SC é a parte insular da capital do estado de Santa Catarina, chamada Florianópolis, localizada na região sul do Brasil. A Ilha possui uma área de aproximadamente 423.000 hectares. São 54 km de comprimento e 18 km de largura com 172 km de orla marítima. Tem sua economia voltada principalmente à construção civil e ao turismo (CECCA, 1998).

Devido ao cenário de extrema beleza natural ainda conservado em seu pequeno espaço, atrai migrantes e imigrantes de várias partes do Brasil e do Mundo. Esta peculiaridade lhe rendeu a consideração pela ONU em 1998 de capital com a melhor qualidade de vida do Brasil (Agenda - 21, Florianópolis, 2000a).

A Ilha de Santa Catarina apresenta ecossistemas costeiros ricos em biodiversidade<sup>2</sup> constituindo-se de mangues, restingas, dunas, costões rochosos, Mata Atlântica, fauna, flora, lagoas, lagoas, rios, cachoeiras e córregos, situados e distribuídos por toda sua área (CECCA, 1998).

Sua hidrografia abrange as bacias de Ratonas, Saco Grande, Lagoa da Conceição, Itacorubi, Rio Tavares e Lagoa do Peri. Tem nesta composição alguns rios que se sobressaem, sendo: Naufragados, Pacas, Peri, Tapera, Cachoeira Grande, Tavares, Itacorubi, Sertão, Pau do Barco, Mel, Veríssimo, Ratonas, Papaquara, Palha, Capivari, Capivaras e os Ribeirões Vargem Pequena, Valdik, Porto e Sertão da Fazenda. Compõe ainda este cenário as Lagoas da Conceição de água salobra, Lagoa do Peri com água doce, a Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena, Lagoinha do Leste e Lagoinha, Ponta das Canas e Lagoa do Jacaré.

Os mangues encontram-se situados predominantemente na parte oeste da Ilha de Santa Catarina. As dunas e restingas são situadas na orla incluindo-se os costões rochosos. A Mata Atlântica tem sua representação em área central, área sul e área norte da Ilha. A fauna conta com exemplares de espécies como: paca, lontra, tatu mirim, gambá, macaco, coruja, bem-te-vi, jacaré, tico-tico, cobra coral, quero-quero, etc.

Na flora são encontradas espécies como: pitangueiras, araçás, goiabeiras, garapuvu (árvore símbolo do município), bromélias, etc.

Devido à sua característica urbana a Ilha no decorrer dos anos desde o começo de sua ocupação por volta de 1673, progressivamente está perdendo a riqueza que a natureza lhe proporcionou quanto à biodiversidade. Há 50 anos passados eram encontradas em toda sua extensão um número bem maior de espécies, que hoje encontram-se extintos e/ou quase extintos (CECCA, 1999).

A localização da Ilha de Santa Catarina (SC) conta com uma separação entre a parte insular e a parte continental chamada estreito. Este espaço recebe os nomes de Baía Norte e Baía Sul. Para Várzea (1984) a Ilha de SC possui um imenso bloco de argila e granito, situado ao longo do continente e em pequena proximidade com dez léguas de comprimento por uma ou três de largura conforme as reentrâncias e cabos.

Hoje a realidade da Ilha de SC hoje é um espaço quase que totalmente urbano cada vez mais ocupado dando lugar a construções diversas com residências comércio e malha viária. São poucos os lugares da Ilha que ainda não sofreram substancial modificação.

## 2.3 Ecossistemas e Ecossistemas Costeiros

Os ecossistemas são formados por comunidades vegetais, animais e de microorganismos, constituindo um complexo dinâmico que interage como unidade funcional. Segundo Dajoz/MMA (2001a) os ecossistemas fazem parte de um bioma e são definidos formalmente como: unidade funcional de base em ecologia, porque inclui, ao mesmo tempo, os seres vivos e o meio onde vivem, com todas as interações recíprocas entre o meio e os organismos.

Os ecossistemas costeiros, são encontrados nas regiões costeiras do Brasil, incluindo a Ilha de Santa Catarina. Compreendem uma extensão de 7408 km, abrangendo desde a região nordeste até a região sul.

2 termo abreviado de diversidade biológica, apresentação de várias formas de seres vivos, de todas as origens, espécies, diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Existem diversos ecossistemas que se apresentam nas regiões costeiras, entre eles, mangues, dunas, restingas, praias, cordões rochosos, lagoas, lagunas, rios, etc. Nas suas características os ecossistemas costeiros, apresentam uma elevada produção biológica, sendo consideradas as maiores da Terra.

São muito vulneráveis aos diversos fatores de ocupação que tensionam as pressões sofridas. As atividades humanas são as principais, gerando degradação ambiental (DIAS, 1993). Dentre os usos múltiplos do ambiente físico e natural, são traduzidos com o lançamento de dejetos residenciais e industriais, pesca predatória, deposição de lixo, exploração do solo e de reservas petrolíferas, turismo e recreação sem infra-estrutura adequada. Segundo Dias (1993) essas áreas, sob forte pressão antrópica, sofrem um alto grau de modificação ambiental e recebem as sobras do intenso metabolismo ali estabelecido.

Os mangues são situados em áreas costeiras tropicais, como estuários e lagunas, inundadas por água salobra, protegidos do impacto das ondas, oferecem abrigo, alimentos e local para reprodução de muitos animais, como: camarões, aves, peixes, caranguejos, etc. Segundo o MMA (2000b) recebem grande quantidade de matéria orgânica trazida pelos rios e marés, que aí se depositam. Os manguezais são considerados como, berçário de várias espécies incluindo peixes, camarões e crustáceos, por serem muito ricos em nutrientes e apresentarem situação favorável para serem desenvolvidas as formas jovens de vida.

São um importante ecossistema com relação a cadeia alimentar mas ficam extremamente afetados pela ação do homem. Para Dias (1993) são locais de maior produtividade primária, berço alimentador dos recursos pesqueiros, o homem joga os seus dejetos, desmata ou aterra.

Na ação antrópica são encontradas áreas de manguezais aterradas para: construção civil; extração de minerais; depósito de lixo. Segundo o MMA (2001b) os aterros ou agentes poluidores, como por exemplo o petróleo, podem causar a destruição dos manguezais, comprometendo a produtividade costeira, propiciando o assoreamento dos portos e provocando enchentes em terras firmes.

As praias são consideradas ecossistemas populares, pois abrigam beleza cênica e recreação. Tem uma permanente movimentação de sedimentos que se associam a uma rápida ciclagem de nutrientes, processo que se caracteriza na dinâmica deste sistema (IBAMA, 2000b). As praias muitas vezes sem infra-estrutura suficiente para atender à grande demanda, também apresentam diversos tipos de poluição.

As restingas são planícies arenosas costeiras. Estão incluídas em seu sistema as praias, as dunas, cordões de areia e margens de lagunas. A vegetação tem a função de fixadora de dunas e solo. Algumas árvores frutíferas são encontradas nestes locais como: pitangueiras, araçás e cajueiros. São localizadas em situação paralela ao litoral, dependem mais da natureza do solo do que do clima. São áreas muitas vezes urbanas que sofrem também com ocupações da construção civil, acarretando descaracterização do local.

Segundo Bueno (1999) ocorre em mosaico e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

As dunas são formadas por areia e pela ação dos ventos. Se formam devido a um obstáculo que faz com que a velocidade do vento diminua e os materiais sejam depositados. Segundo Bueno (1999) não são estáticas e costumam migrar lentamente; a migração continua até que sejam estabilizadas pela vegetação. Assim como as restingas, devido a ocupação imobiliária são muitas vezes suprimidas e/ou retiradas ilegalmente do local onde se encontram.

As lagunas são localizadas na borda litorânea devido a uma depressão. Possuem água salobra ou salgada. Podem ser separadas do mar por obstáculos, mas em sua maioria tem um canal por onde se comunicam, são ambientes que se configuram pelo depósito sedimentar da mistura da água salgada do mar com as águas continentais (IBAMA, 2000b).

Lagoas são uma depressão de forma variada com predominância circular. Com profundidade pequena e cheia de água doce ou salgada, apresentam também muitas vezes vegetação de restinga e dunas.

As lagoas e lagunas, servem inconvenientemente em determinados locais como escoamento de esgoto, principalmente doméstico, que é o mais poluente (IBAMA, 2000b).

Os rios são formados por uma mina d'água que se apresenta na superfície do solo (BUENO, 1999). Os cursos dos rios são divididos em superior, médio e baixo. Em cada uma destas partes contém diferentes processos de erosão, sedimentação e transporte. Devido ao desmatamento da mata ciliar de suas margens apresentam assorimento modificando o seu leito e a dinâmica hídrica, também são usados para escoamento de esgotos domésticos e industriais.

Os costões são formações rochosas que delinham os limites entre os ambientes marinho e terrestre. São fonte de material estuarino e suas características são de habitat com uma grande diversidade de fauna e flora marinha, em especial algumas formas de macroalgas e moluscos (IBAMA, 2000b). Podem sofrer ocupações indevidas, como construção de estradas e edificações.

A Mata Atlântica estende-se ao longo das encostas e serras atlânticas do sul da região nordeste à região sul do Brasil. A área original possuía uma extensão de 200.000 km<sup>2</sup> o qual ficou reduzida a 8.000 km<sup>2</sup> pela ação e invasão antrópica. Foi declarada pela Constituição de 1988 como Patrimônio Nacional. Segundo Dias (1993) ainda assim, essas áreas restantes, muitas delas transformadas em UCs, continuam expostas à fúria devastadora do homem, com suas moto-serras e seus incêndios criminosos.

Suas florestas, ou o que restam dela são responsáveis por uma rica fauna e flora de patrimônio genético cuja preservação e conservação são de suma importância. Por corresponder à uma área geograficamente extensa e com formações vegetais naturais é também um Bioma<sup>3</sup>.

Para o MMA (2000) a importância da Mata Atlântica não é só devida a sua enorme diversidade de vegetação; ecossistemas como as restingas e os manguezais dependem de sua preservação.

## 2.4 Áreas Protegidas

As áreas protegidas são espaços definidos geograficamente, destinados, regulamentados e administrados para o alcance de determinados objetivos de conservação da natureza. A conservação da natureza é a preservação da biodiversidade, levando-se em consideração aspectos e valores culturais, sociais, econômicos, ecológicos, genéticos, científicos e recreativos, atendendo a sustentabilidade das necessidades de gerações humanas presentes e futuras.

Segundo o MMA (2001) são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejados por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos.

## 2.5 Unidades de Conservação

As unidades de conservação (UCs) são áreas protegidas legalmente, que possuem toda a riqueza da natureza, ou seja a biodiversidade dos ecossistemas. Segundo o SNUC<sup>4</sup> /MMA (2000a) caracteriza-se em: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

São também denominadas áreas estratégicas de conservação da biodiversidade. Destinam-se a conservar e preservar ecossistemas muitas vezes relegados e modificados pelo homem devido a interesses econômicos.

Dentre os objetivos principais das UCs estão: preservação da biodiversidade; proteção de espécies raras, vulneráveis e em perigo de extinção; preservação e restauração da diversidade dos ecossistemas naturais; preservação de bancos genéticos de flora e fauna através de pesquisas e estudos científicos; incentivo do uso sustentável dos recursos naturais, que contemplam a utilização racional pelo homem; acompanhamento do entorno com monitoramento; proteção de recursos hídricos, do solo e do ar, garantindo a qualidade da água, do solo e do ar e principalmente dos solos que apresentam pressão antrópica; proteção de paisagens com belezas cênicas, históricas, culturais e arqueológicas, para estudos e ecoturismo; oportunizar a educação ambiental com fins turísticos e escolares, especialmente voltada às

3 correspondem às principais formações vegetais naturais.. Biomas no Brasil: Mata Atlântica; Amazônia; Campos Sulinos; Caatinga; Cerrado; Pantanal; Zona Costeira Marinha.

4 sigla do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

comunidades; proteção de áreas particulares com exemplares da fauna e flora de relevante interesse; proteção de áreas para utilização do uso do solo de maneira racional no futuro; oportunizar a pesquisa através de observação e coleta de componentes desde que não sejam alterados os ecossistemas (IBAMA, 1995).

As UCs e as áreas protegidas tem em sua composição diversos ecossistemas: mangues, dunas, restingas, Mata Atlântica, rios, lagoas, lagoas, fauna, flora, costões e praias. Todos estes ecossistemas tem sua função e se inter-relacionam, dependendo um do outro, na cadeia natural de sobrevivência das espécies.

*As UCs além do objetivo de proteção e manutenção da biodiversidade também podem promover oportunidade de negócios, como exploração sustentada de recursos naturais, turismo, bens e serviços consumidos por praticantes de ecoturismo. Para estas ações são necessárias medidas de uso ordenado e respeito à chamada capacidade de suporte dos diversos ambientes.*

*No que tange a exploração sustentada, as categorias de Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX) do SNUC, prevêem junto às populações tradicionais atividades neste sentido criando a subsistência destas populações e a sobrevivência das espécies de forma integrada. No que tange ao turismo e ecoturismo, estas são atividades econômicas dinâmicas que prestam uma das maiores contribuições para o Produto Interno Bruto (PIB), do Planeta.*

*Destas atividades advém bens e serviços, que podem estar relacionados com a infra-estrutura adequada e necessária para a prática de ecoturismo nos Parques e APAs com sinalização, bem como a cobrança de taxa de visitação nos mesmos (MMA, 2001d).*

### 3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida é qualitativa com estudo de caso do Parque Municipal da Lagoa do Peri. Para Carvalho (1998) o estudo de caso como uma análise qualitativa pode complementar a coleta de dados nos trabalhos acadêmicos.

O trabalho de campo foi efetuado com entrevistas junto ao órgão público ambiental Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), com dois gerentes responsáveis pela Gestão do objeto de estudo. Segundo Kahn/Cannell/Minayo (1994) a entrevista de pesquisa é uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. A técnica utilizada foi a entrevista não-estruturada. Segundo Parga Nina/Minayo (1994) a entrevista não-estruturada também chamada de aberta é uma conversa com finalidade onde o roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados.

Dentro do enfoque exposto a informação não-estruturada tem como objetivos, descrever individualmente o caso, compreender as especificações culturais e comparar diversos casos.

Não existe rigidez quanto à seqüência dos assuntos abordados sobre o tema, sendo que os entrevistados consequentemente prestam as informações enfaticamente decorrente da própria preocupação sobre a pauta dos assuntos (MINAYO, 1994).

A revisão bibliográfica foi executada através de levantamento de dados sobre assuntos pertinentes ao tema proposto. Foram utilizados materiais bibliográficos de pesquisas na Internet, da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

O objetivo da pesquisa é analisar e interpretar de acordo com o material e levantamento de dados dentro do enfoque e contexto do tema a realidade existente e o cenário atual. Para Severino (2000) é na consecução desse objetivo que se podem aferir os resultados da pesquisa.

## 4 O Estudo de Caso

### 4.1 Descrição da UC Parque Municipal da Lagoa do Peri

O Parque Municipal da Lagoa do Peri, é uma área declarada como remanescente de floresta

nativa por Decreto Federal, desde 1952. Em 1976, foi tombada pelo Decreto Municipal nº 1408, de 04 de junho de 1976. (FLORAM, 2000b).

O Parque foi criado através da Lei Municipal nº 1828 de 3 de dezembro de 1981, e posteriormente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 091 de 1º de junho de 1982. Sua extensão é de 2.030 hectares, sendo 520 hectares referentes à Lagoa (CECCA, 1997). Tem em seu ecossistema lagoa de água doce, restinga, dunas, Mata Atlântica, fauna, flora, rios, cachoeiras.

Das encostas descem rios e córregos importantes entre estes o Rio Cachoeira e Rio Ribeirão Grande. A Mata Atlântica abriga um dos últimos remanescentes da Ilha com estágios avançados e intermediários.

Está localizada na região sul da Ilha de Santa Catarina. A sede do Parque foi inaugurada em 1998 construída com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) (CECCA, 1997).

Junto com a Lei de criação foi instituído o Plano Diretor da área, o que pode ser caracterizado como zoneamento. Decorrente disso, o território ficou dividido em três áreas de uso, sendo: área de Reserva Biológica, área de Paisagem Cultural e área de Lazer (FLORAM, 2000b).

A Figura nº 01, apresentada na página seguinte, descreve exatamente as localizações das áreas acima citadas, bem como a localização do Parque Municipal da Lagoa do Peri, no contexto de seu espaço territorial ocupado na Ilha de Santa Catarina.



**Figura nº 01** – Mapa do Zoneamento do Parque Municipal da Lagoa do Peri.  
Fonte: FLORAM, (2001a).

O Parque Municipal da Lagoa do Peri tem os objetivos de proteção adequados às suas áreas de uso, sendo que na área de Reserva Biológica o objetivo principal é a proteção integral dos ecossistemas e dos recursos hídricos, na área de Paisagem Cultural o resgate da cultura açoriana, com moradias de populações tradicionais e conseqüente subsistência destas, na área de lazer os fins educacionais e científicos com criação de ações voltadas a EA e ao ecoturismo através de trilhas (FLORAM, 2000b). No ano de 2001, conforme dados divulgados pela FLORAM, o Parque Municipal da Lagoa do Peri recebeu 4.187 visitantes e 1.120 pessoas utilizaram o caminho das três trilhas existentes (FLORAM, 2002).

O Plano Diretor do Parque Municipal da Lagoa do Peri prevê conforme a Lei além da delimitação do uso da área, um Conselho de Moradores. Não possui Plano de Manejo. O manancial de água potável da bacia hidrográfica da Lagoa do Peri é o principal do litoral catarinense.

A Companhia de Águas e Saneamento do Estado de SC (CASAN) instalou no local um projeto de captação de água potável, chamado Costa Leste-Sul. O projeto obteve investimentos da ordem de R\$11.000.000,00, junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID).

A obra foi inaugurada em outubro de 2000, para atender inicialmente o abastecimento de uma população estimada em 81.000 habitantes estendendo-se da região sul da Ilha de Santa Catarina até a costa leste na Barra da Lagoa (CASAN, 2000).

Existe no Parque Municipal da Lagoa do Peri uma área chamada Sertão do Peri, que é ocupada por populações tradicionais, descendentes da 3ª geração de moradores da região (FLORAM, 2000c). Há moradores no lado leste da Lagoa que não são de populações tradicionais. A área não tem regularização fundiária (IPUF, 2000c).

#### **4.2 Análise dos dados sobre ações de sustentabilidade na UC do Parque Municipal da Lagoa do Peri.**

A Unidade de Conservação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, sob responsabilidade da FLORAM, dispõe de zoneamento, o sem dúvida é muito positivo para a finalidade de preservação e conservação do local. Não apresenta Plano de Manejo e tampouco regularização fundiária (FLORAM, 2001a).

O Projeto Trilhas Interpretativas pode vir a alicerçar o começo da elaboração do Plano de Manejo inexistente na área de UC do Parque Municipal da Lagoa do Peri sob responsabilidade da FLORAM, e criar um modelo regional de Plano de Manejo para ser implantado em outras UCs. Este projeto da FLORAM terá êxito se forem consideradas as urgências do Plano de Manejo, aliado à comunicação visual eficaz e à fiscalização constante por parte do Poder Público Municipal, a EA deve ser empreendida de modo sinérgico com a fiscalização, cumprindo as medidas preventivas e corretivas da Gestão Ambiental.

A infra-estrutura exigida para ações de ecoturismo é necessária e prioritária na área, pois a procura pela realização do percurso das trilhas é relativamente significativo, sendo ao ano por volta de três a quatro pessoas por dia.

Vimos também que os recursos financeiros podem ser aferidos através de medidas compensatórias por parte de empresas públicas e/ou particulares que explorem o uso de áreas de UC para rede de abastecimento de água por exemplo, a manutenção no Parque Municipal da Lagoa do Peri, da medida compensatória da CASAN no uso das águas da Lagoa do Peri, para o Projeto Costa Leste-Sul. Também poderia ser aplicada a taxa de visitação, nas trilhas do Parque Municipal da Lagoa do Peri. Todas as proposições de gestão da UC devem ser previstas e executadas através do Plano de Manejo, documento hábil para estabelecer diretrizes e normas de ação. O Plano de Manejo é o documento estratégico de uma UC, portanto indispensável para a eficaz Gestão.

### **5 Considerações Finais**

Não podemos achar que por nos trazerem benefícios, as UCs devam ser objetos de vitrine para o deleite da beleza cênica, horas de lazer, ou quaisquer outros motivos que julgamos individualmente importantes. Temos que praticar e entender que tampouco UCs são ilhas representadas por porções de solo isoladas, muitas destas desprezadas por sua situação e/ou localização com conflitos de uso e sem delimitação.

Iniciativas e ações de fiscalização, preservação, conservação, enfim Gestão, tem de ser empreendidas por todos os cidadãos.

Considerando a falta de ações no âmbito principalmente municipal, há de se levar em conta que o Executivo depende do Legislativo. Portanto muitas das ações poderiam ser empreendidas com a articulação entre Poder Público e a sociedade para a efetiva participação de todos, que os atores envolvidos se articulem e participem cada vez mais em ações positivas e pró-ativas no alcance da sustentabilidade do ambiente natural existente na Ilha de SC, especificamente na Lagoa do Peri.

A FLORAM como responsável pela gestão da UC Parque Municipal da Lagoa do Peri, deve empreender ações que visem a regularização fundiária da área e a elaboração do Plano de Manejo, bem como uma fiscalização mais atuante. A falta de regularização fundiária resulta em conflitos de uso do solo, dos mais diversos, vimos na descrição da área que existem habitações residenciais na margem esquerda da Lagoa do Peri. Um outro fator que deve ser considerado pela FLORAM é a falta de recursos humanos para o empreendimento de ações. A colaboração do 3º Setor, setor privado e cidadãos ainda é tímida, devendo a

FLORAM convocar a participação destes de forma mais atuante através de fóruns e audiências públicas anunciadas nos meios de comunicação.

## 6 Referências Bibliográfica

- BRASIL, MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.** Biodiversidade. Brasília:IBAMA/DIREC/DIUC, 2001a. Disponível em <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/.gov.br>>. Acesso em 11 de julho de 2001.
- \_\_\_\_\_. **Ministério do Meio Ambiente – MMA.** Conselho Nacional do Meio Ambiente. Áreas Protegidas no Brasil-A importância da Conservação da Biodiversidade. Brasília:MMA, 2001b. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf>>. Acesso em 18 de outubro de 2001.
- \_\_\_\_\_. Conceitos sobre Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no Brasil. Brasília:MMA,2001c. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf>>. Acesso em 18 de outubro de 2001.
- \_\_\_\_\_. Convenção sobre Diversidade Biológica Brasília:MMA, 2001d. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf>>. Acesso em 18 de outubro de 2001.
- \_\_\_\_\_. Unidades de Conservação. Brasília:MMA, 2001e.Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf>>. Acesso em 18 de outubro de 2001.
- \_\_\_\_\_. et al. Educação Ambiental. In:LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino, MININNI-MEDINA, Naná et al. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília:MMA, volumes 1, 2, 3 e 4, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Zonas Costeiras: Ecossistemas, Usos Múltiplos e Conflitos. Florianópolis: IBAMA/NEA/CEPSUL-Centro de Pesquisas do Sul, 2000b.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Biodiversidade:roteiro de consulta para elaboração de uma proposta. Brasília:MMA/SBF, 2000c. (Biodiversidade, 1)
- \_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9985/00. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília:MMA, 2000d.
- \_\_\_\_\_. Cursos de Gerenciamento e Planejamento em Unidades de Conservação. DIREC/IBAMA/MMA. Brasília:1994a.
- \_\_\_\_\_. Diretrizes de Pesquisa Aplicada ao Planejamento e Gestão Ambiental. Brasília:IBAMA/PNMA-Programa Nacional de Meio Ambiente. Coleção Meio Ambiente, série Diretrizes Gestão Ambiental, 1994b.
- BUENO, C. et al .** Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais. In:SILVA, Pedro Paulo de Lima et al. Rio de Janeiro. Ed. Thex, 1999.
- CARVALHO, M. C. M. de.** Metodologia científica fundamentos e técnicas – construindo o saber. São Paulo:Ed.Papirus, 8ª ed., 1998.
- CASAN, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.** Projeto Costa Leste Sul Informe Divisão de Programação e Controle. Florianópolis:CASAN, 2000.
- CAVALCANTI, C. et al.** Desenvolvimento e natureza:estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo:Ed.Cortez; Recife,PE:Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania.** Qualidade de Vida e Cidadania. Florianópolis:Ed. Cidade Futura, 2001.
- \_\_\_\_\_. Uma cidade numa Ilha. Florianópolis:Ed. Insular, 1998
- \_\_\_\_\_. Unidades de Conservação e Áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis:Ed.Insular, 1997.
- DIAS, Genebaldo Freire.** Educação Ambiental:princípios e práticas. São Paulo:Ed.Gaia, 2ª edição, 1993.
- FERREIRA, L. da C.** A Questão Ambiental:Sustentabilidade e políticas Públicas no Brasil. São Paulo:Ed.Boitempo Cultural, 1998.
- MINAYO, M. C. de S.** O desafio do conhecimento. São Paulo:Hucitec-Abrasco, 3ª ed., 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - PMF,** Fundação Municipal do Meio Ambiente de

Florianópolis - FLORAM. Atividades desenvolvidas em 2001. Florianópolis, 2002. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/floram>>. Acesso em 25 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_.Parques. Florianópolis, 2001a. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em 20 de junho de 2001.

\_\_\_\_\_.Roteiros do Ambiente. Florianópolis: 2001b. Disponível em <<http://www.ipuf.sc.gov.br>>. Acesso em 27 de outubro de 2001.

\_\_\_\_\_.Fórum Agenda 21 Local Município de Florianópolis:Meio Ambiente quem faz é a gente. Florianópolis:PMF, 2000a.

\_\_\_\_\_.Legislações dos Parques Municipais de Florianópolis. Florianópolis:FLORAM, 2000b. Trabalho não publicado

**SEVERINO, A. J.** Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez Editora, 21ª ed., 1ª reimpressão, 2000.

**UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo:UNESCO/WWF/UNICAMP/ IUCN/SEAMA-ES, 1992.

**VÁRZEA, V.** Santa Catarina A Ilha. Florianópolis:Ed. Lunardelli, 1984.

**WWF Brasil.** Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçados? Brasília:WWF, 1999.